

TRINTA ANOS DE VIENA E DEZ DE BUDAPESTE: ONDE ESTAMOS EM AMÉRICA LATINA?

Em agosto de 1979 se reuniram decisores de política e membros da comunidade científica e tecnológica internacional, convocados por Nações Unidas para celebrar, em Viena, uma conferência dedicada a examinar a situação mundial da ciência e a tecnologia, e definir os passos necessários para acelerar seu domínio pelos países em desenvolvimento, como parte da sua busca de progresso. A reunião foi uma oportunidade para que cada país, grande ou pequeno, examinara a situação em que se encontrava. O resultado do exame não foi incentivador para a maioria dos países em desenvolvimento. Apesar de importantes esforços realizados em décadas passadas, poucos haviam conseguido dominar o conhecimento científico e tecnológico e colocá-lo ao serviço de suas sociedades como fonte de riqueza.

A Conferência de Viena se realizou quando a teoria da dependência continuava em voga e, naturalmente, países dominantes deviam ser “culpados” por muitos dos males. O Plano de Ação de Viena e os instrumentos resultantes das negociações, que refletem de alguma forma esse sentimento de dependência, tentaram superar deficiências existentes mas, foram na prática de curta duração por falta de vontade política de todos os países.

A Conferência de Budapeste, convocada pela UNESCO e ICSU em 1999, foi realizada em momentos em que o mundo estava influenciado pela magia do “livre mercado”. A maioria dos países em desenvolvimento tomava caminhos de privatização, redução do estado (incluindo o aporte estatal à ciência e tecnologia), livre comércio e outras medidas “neoliberais” que hoje são severamente questionadas por todos os governos, alguns de maneira demagógica sem fazer tampouco muito por suas sociedades e ainda menos pela ciência, tecnologia e inovação. Ao mesmo tempo, em Budapeste, o termo inovação e o conceito de sistemas de inovação, praticamente inexistentes em Viena, estavam em pleno auge e já se entendiam melhor os processos mediante os quais os países, suas organizações e empresas adquiriam maior competitividade.

Três décadas se passaram desde Viena e uma desde Budapeste, mas nossos indicadores científicos, tecnológicos e de inovação, ainda que tenham melhorado em vários países, estão muito longe do desejado além de se afastarem de países desenvolvidos e de vários em desenvolvimento. Nossas univer-

sidades, com honrosas exceções, continuam em posições subsidiárias nos indicadores de excelência e qualidade. Em fim, nosso esforço científico, tecnológico e de inovação continua sendo lento e a brecha que nos separa do desenvolvimento se amplia cada vez mais.

Um recente estudo auspiciado pelo IDRC do Canadá mostra claramente, a partir da opinião de dirigentes de política da ciência, a tecnologia e a inovação, que de fato têm havido muitos avanços na aplicação de políticas adotadas nos últimos anos, mas existem um sem número de limitações a serem superadas mediante a adoção de novas e mais decididas políticas nacionais.

Os países em desenvolvimento que têm surgido ou estão nesse processo, tais como a China ou a Índia, e perto de nós o Brasil, não têm precisado das bombásticas declarações de Viena ou Budapeste, em cambio têm realizado conquistas importantes como resultado de seus próprios esforços e decisões. Já em décadas anteriores, esses mesmos caminhos foram seguidos pelos denominados tigres asiáticos.

Não é que as declarações de Viena e Budapeste não tenham servido para guiar os países, pois são resultado de comparar, analisar e sugerir caminhos a partir de experiências vividas, e constituem consensos de colaboração importantes; o que ocorre é que essas declarações, sem uma vontade própria de aplicá-las, são apenas mera formalidade. A recente Declaração da Região adotada por ocasião dos dez anos da Conferência de Budapeste reconhece claramente que o primeiro passo para o domínio da ciência, a tecnologia e a inovação para o desenvolvimento depende de cada país.

Neste momento de transição, a era do conhecimento deve-se à urgente necessidade de enfrentar os desafios do desenvolvimento em um entorno social e econômico difícil, é hora de que os países da América Latina tomen novas e valentes decisões para reexaminar o esforço realizado e definir rumos novos e originais, especialmente quando os processos de investigação e inovação têm se tornado mais complexos e requerem de novos enfoques para a definição de políticas e estratégias.

CARLOS AGUIRRE BASTOS
Academia Nacional de Ciências de Bolívia
MAHABIR P GUPTA
Diretor Executivo, Associação Interciência